

O mandato de Sarney

27 FEV 1988

JORNAL DA TARDE

Continua crescendo entre os parlamentares (principalmente do PMDB e PDT) o movimento pela antecipação do final do mandato de Sarney, que para outros equivale a "um golpe de Estado".

Com exceção das lideranças oficiais, o que os políticos estão discutindo não é se o mandato do presidente José Sarney deve ser encurtado em relação ao que o próprio Sarney deseja — e sim em quanto tempo o mandato desejado por Sarney deve ser encurtado. Segundo a Constituição ainda em vigor, o mandato de Sarney, iniciado em 1985, vai até 1991, com seu sucessor indicado em eleições diretas (como determina uma emenda constitucional). O próprio Sarney acha que seu mandato deve ser de quatro anos, até 1989.

Mas eis o que os políticos estão discutindo: o PDT pretende, em seu programa em cadeia nacional de rádio e televisão, a 6 de

março, lançar oficialmente a campanha para que as eleições diretas do sucessor de Sarney sejam realizadas já em novembro deste ano, juntamente com a eleição para a Constituinte e governadores. E no PMDB cresce a adesão à proposta do senador Fernando Henrique Cardoso para que as eleições diretas para presidente sejam realizadas em 1987. Por exemplo, o deputado federal João Gilberto (PMDB-RS) ontem disse que as eleições presidenciais diretas no ano que vem constituem "um bom cronograma".

Só lideranças oficiais é que se pronunciaram contra uma redução do mandato de Sarney maior do que a que o próprio presi-

dente pretende que a Constituinte promova. O líder em exercício do PMDB no Senado, Hélio Gueiros (PA), por exemplo, disse ontem que nem mesmo a Assembléia Nacional Constituinte pode fixar a redução do mandato de Sarney sem consultar o presidente em exercício.

Do PDS ao PDT

Também o presidente nacional do PDS, senador Amaral Peixoto (RJ), fez como líder oficial de seu partido restrições em especial à campanha do PDT e do PT para reduzir já o mandato de Sarney e convocar diretas presidenciais já. Disse Amaral Peixoto: "Sou contra o mandato curto. O de dois

anos, então, constitui crime contra o País. A fixação do mandato presidencial é da competência exclusiva da Assembléia Nacional Constituinte".

Mas o PDT insiste. A informação de que já no programa a 6 de março o PDT lançará campanha para eleições diretas em novembro que vem foi dada pelo seu próprio líder na Câmara dos Deputados, Nadir Rossetti (RS). Ele acrescentou que a questão será discutida hoje, no Rio, durante reunião do diretório nacional e lideranças do PDT com o governador fluminense Leonel Brizola.

Disse Rossetti: "A imensa maioria da opinião pública deseja eleições diretas ainda este ano, inclusive setores da Igreja".

Ele previu também que a bancada de deputados federais do PDT, para com 28 integrantes, passará para 35 até 14 de maio, último prazo para filiação partidária dos que pretendem disputar a eleição de 15 de novembro. Entre as adesões esperadas estão Arthur Virgílio (AM), Beth Mendes e Marcos Santilli (ambos SP), os três do PMDB.

Quanto ao peemedebista João Gilberto, foi incisivo sobre a necessidade das eleições diretas já no ano que vem para suceder Sarney: "Esse compromisso com as diretas tende a surgir", acrescentando que precisa cair o mito de que as diretas assim antecipadas desestabilizariam a Constituinte.

TABELAMENTO DE JUROS, PEDE O PMDB.



O PMDB levou ontem ao ministro do Planejamento, João Sayad, um esboço das propostas econômicas que devem ser submetidas à reunião do partido no próximo dia 6. O PMDB defende a desindexação dos títulos públicos de curto prazo, o tabelamento das taxas de juros, e um ganho real de salário para o trabalhador sem que isso

venha a ocorrer necessariamente através da escala móvel.

O deputado Osvaldo Lima Filho, que entregou as propostas ao ministro, esteve reunido durante todo o dia com o senador Severo Gomes e o economista Dércio Garcia Munhoz no detalhamento das propostas. O ministro Sayad manifestou-se favorável a uma remuneração menor para as aplicações de curto prazo no mercado aberto, mas só se manifestará sobre as outras propostas

em uma próxima reunião, marcada para domingo, em sua residência.

Segundo o senador Severo Gomes — designado pelo partido para elaborar as metas do programa do PMDB no que diz respeito às dívidas externa, e interna e ao combate à inflação — o tabelamento de juros será a principal medida na área econômica a ser discutida pelo PMDB no dia 6.

A intermediação financeira, segundo o senador, através das taxas de juros, é "uma coisa monstruosa" no País. De acordo com ele, "esta sangria precisa ser garroteada e o PMDB deve fazer pressão porque há outros parlamentares que fazem pressão para deixar os bancos sem 'focinheira'". O alto nível das taxas de juros, na opinião de Severo, tem sido o principal fator — ao lado da seca — para a subida dos índices de inflação.

Com relação à dívida externa, a proposta em estudo pelo senador, que será incluída no programa do PMDB, está centrada em quatro pontos: não se pode negociar a dívida externa sem preservar a soberania do País; sem preservar a segurança, evitando criar choques externos; sem a conquista pelo Brasil de sua capacidade de negociação e de confronto e ainda sem condicionar, ao

referendo do Congresso Nacional, os acordos internacionais; porque estes implicam compromissos que empenham o futuro do País.

Críticas

Perguntando a respeito das críticas desferidas pelo senador Fernando Henrique Cardoso ao governo do presidente Sarney, o ministro da Indústria e do Comércio do governo Geisel comentou que a reação de Fernando é "um tanto insólita". Afirmou que esta sua reação ficaria bem na época em que Francisco Dornelles, ex-ministro da Fazenda, executava uma política idêntica à de seu antecessor, Delfim Neto. Severo qualificou a entrada de Dilson Funaro no Ministério da Fazenda como uma mudança "copernicana" na retomada do desenvolvimento econômico dos empregos, nos ganhos reais de salários e na arrancada nos programas sociais.

Para Severo Gomes, o atual governo está executando os programas defendidos pelo PMDB, e a missão do partido agora é lutar e pressionar para que as questões ainda não alcançadas, como a Lei de Greve e de Segurança Nacional, possam avançar a fim de que o governo cumpra aquelas promes-

as que o partido fez. Por fim, Severo disse que o PMDB tem como prestar contas da sua vida diante dos eleitores e do público.

Por sua vez, o ministro João Sayad, durante todo o dia, evitou a imprensa oficialmente. A palavra de ordem na Seplan era de que Sayad nada comentaria a respeito das declarações do senador Fernando Henrique Cardoso de que o ministro do Planejamento e o ministro da Cultura, Celso Furtado, não passam de bolo de enfeite no governo, já que não decidem nada.

De fato, Sayad levou isso tão a sério que utilizou a garagem para fugir dos repórteres. Mas a assessores fez um desabafo, achando que Fernando Henrique foi muito infeliz nas suas afirmações. Primeiro, porque ele poderia ter aproveitado a entrevista até mesmo para tentar reforçar os ministros do PMDB.

Segundo Sayad, isso poderia ser feito se Fernando Henrique ressaltasse, por exemplo, que os ministros do PMDB não estão sendo ouvidos, embora tenham propostas para os problemas do País. Sayad teria reclamado ainda que o senador poderia ter insistido que ele, pessoalmente, não está sendo ouvido na formulação econômica.

A mensagem de Sarney: dívida, inflação...

O presidente Sarney já está ultimando a mensagem que enviará ao Congresso no próximo dia 1º de março, definindo os programas de governo este ano nos campos político, econômico e social. Ontem, o presidente reuniu-se com os ministros da área econômica para o exame do assunto. Na mensagem, um destaque: o tratamento que será dado às questões das dívidas interna e externa, sob a ótica do combate à inflação.